

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, ao regime jurídico do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, assim como a reformulação organizativa dos grupos de recrutamento promovida através do Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro, constituem alguns dos eixos da acção governativa na área da Educação, orientada para a obtenção de padrões mais elevados de racionalidade e eficiência na gestão dos recursos humanos afectos ao sistema educativo, assim como para a melhoria das condições de estabilidade na vida das escolas.

A programação administrativa ditada pela aplicação deste quadro legal ao processo de colocação de docentes, a par de outras medidas de gestão integrada dos recursos disponíveis no sistema, remetem a aceitabilidade da contratação de direito público prevista no actual Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário para situações cada vez mais limitadas, centradas na satisfação de necessidades de carácter ocasional, descontinuado ou superveniente que não forem colmatadas por pessoal dos quadros, designadamente as decorrentes do desdobramento de turmas, acréscimo de alunos, criação de novos cursos, desenvolvimentos de projectos especiais ou de formação, ocupação plena dos tempos escolares ou da substituição de pessoal destacado para outras actividades.

Por outro lado, o processo de modernização da Administração Pública em curso tem favorecido alterações profundas e consequentes no enquadramento das relações de trabalho subordinado no âmbito da administração directa do Estado.

É disso exemplo a Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, diploma que, com carácter sistemático, consagra a opção genérica pelo regime do contrato de trabalho, enquanto modelo jurídico-laboral alternativo ao regime da função pública e importante instrumento de gestão e racionalização dos recursos humanos apto a assegurar a prossecução do interesse público, salvaguardando as especificidades que decorrem da natureza própria da entidade empregadora e o respeito pelos princípios constitucionais que enformam a admissão na

Administração Pública.

De outra parte, a necessidade de aprofundar o modelo da autonomia das escolas, aliada à concretização dos princípios orientadores da organização e gestão do currículo nacional a nível dos ensinos básico e secundário, aponta ainda para o reforço do papel das escolas na organização da oferta educativa e formativa por estas proporcionadas enquanto parte integrante do respectivo projecto educativo, originando a emergência, em cada ano escolar, de necessidades de prestação de serviço docente com carácter tendencialmente variável, cuja programação deve ser cometida directamente aos respectivos órgãos de gestão e administração.

Neste contexto, entende-se que a rigidez das regras de contratação administrativa de serviço docente actualmente em vigor não se mostra totalmente compatível com a versatilidade e a dinâmica que caracterizam as exigências de trabalho subjacentes.

Assim, considera o Governo que estão reunidas as condições para a assunção do contrato de trabalho, na modalidade de contrato a termo resolutivo, como o modelo de enquadramento jurídico-laboral do pessoal docente adequado à satisfação das necessidades temporárias e urgentes das escolas, dentro dos pressupostos justificativos que nos termos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, tornam lícito o recurso à contratação a termo na Administração Pública.

Neste sentido, procura o presente diploma fixar novas regras de vinculação para o exercício temporário de funções docentes ou de formação no âmbito dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, ampliando as situações em que é possível a contratação directa de pessoal docente pelas escolas, para além das que são já sugeridas pelo diploma do concurso em vigor, através da reconversão dos mecanismos de contratação cíclica e de oferta directa previstos no diploma legal dos concursos, num instrumento único de recrutamento que possibilite às escolas a escolha do candidato com perfil qualificante mais ajustado às necessidades ocasionais decorrentes do respectivo plano de actividades ou projecto educativo. Estão em causa, designadamente, as necessidades

supervenientes que resultam do preenchimento dos horários disponíveis após a colocação das necessidades residuais de pessoal docente por afectação, destacamento ou em resultado do concurso anual de contratação, da responsabilidade da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, e ainda as que derivam do desempenho de actividade docente nas disciplinas de técnicas especiais ou do desenvolvimento de projectos especiais de duração limitada.

Tendo presente o âmbito do congelamento de novas admissões de pessoal fixado no Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, e o objectivo de racionalizar a utilização deste tipo de contratação dentro de níveis limitados e controlados procede-se, igualmente, à adaptação e desenvolvimento de normas de recrutamento que permitam reforçar os mecanismos de controlo interno da admissão de efectivos, assim como as condições de trabalho respectivas, sem prescindir da agilização e simplificação do correspondente procedimento de selecção.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), na redacção que lhe foi dada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, bem como do regime constante da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Contrato de trabalho

1. Para assegurar necessidades temporárias de serviço docente e de formação em áreas técnicas específicas, podem os estabelecimentos públicos de educação pré-

escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação, adiante designados por escolas, celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo com pessoal docente nas situações previstas no artigo 9º da Lei nº 23/2004, de 22 de Junho.

2. O regime do contrato de trabalho previsto no presente decreto-lei é o que consta de diploma especial sobre contrato de trabalho na Administração Pública, do Código do Trabalho e respectiva legislação complementar.
3. Em tudo o que não colida com o Código do Trabalho, respectiva legislação complementar ou com os instrumentos de regulamentação colectiva celebrados ou aprovados, aplicam-se ainda, com as devidas adaptações, as disposições do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, e 229/2005, de 29 de Dezembro, adiante designado por Estatuto da Carreira Docente.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica o recrutamento de formadores a tempo parcial, através da celebração de contrato de prestação de serviços nos termos da lei geral, sempre que se trate de assegurar a leccionação de disciplinas da componente de formação técnica ou profissionalizante dos ensinos básico e secundário.

Artigo 2º

Identificação das necessidades

1. Para efeitos de aplicação do presente decreto-lei e sem prejuízo do disposto no artigo anterior, apenas podem ser identificadas como necessidades temporárias:
 - a) As necessidades de serviço docente que sobrevenham após as colocações das necessidades residuais, em regime de afectação ou de destacamento, ou em

resultado do concurso anual para contratação a que se refere o artigo 54º do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro;

b) As necessidades transitórias no domínio da leccionação, por técnicos especializados, de disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário que não se enquadrem nos grupos de recrutamento a que se refere o Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro;

c) O desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar que forem oficialmente aprovados.

2. As necessidades de contratação para prover a substituição de docentes verificadas no terceiro período do ano escolar podem ser satisfeitas através do completamento de horários ou da atribuição de serviço docente extraordinário dos docentes já colocados na escola, dentro dos limites legalmente fixados.

Artigo 3º

Objecto e duração do contrato

1. A contratação prevista no presente decreto-lei pode ter por objecto:

a) O exercício de funções docentes no âmbito dos diversos níveis de ensino e grupos de recrutamento a que se refere o Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro;

b) As actividades de leccionação, por técnicos especializados, das disciplinas das áreas profissionais, tecnológicas, vocacionais ou artísticas dos ensinos básico e secundário;

c) O desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar.

2. O período mínimo de duração do contrato de trabalho é de 30 dias.

3. A duração do contrato de trabalho tem por limite o termo do ano escolar a que respeita.

4. O contrato destinado à substituição temporária de docente titular da vaga ou horário vigora até ao 3º dia útil a contar do dia imediato ao da apresentação deste, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. No caso do titular da vaga ou horário se apresentar durante o período de realização dos trabalhos de avaliação ou durante os 15 dias imediatamente anteriores, o contrato mantém-se em vigor até à sua conclusão.
6. O contrato destinado à leccionação das disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário, vigora apenas pelo período de duração do serviço lectivo distribuído.

Artigo 4.º

Requisitos para a contratação

- 1 - Para a leccionação das disciplinas que integram os grupos de recrutamento previstos no Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro, os contratos de trabalho abrangidos pelo presente decreto-lei são celebrados com docentes que reúnam os requisitos de admissão ao concurso de provimento estabelecidos no artigo 22º do Estatuto da Carreira Docente.
- 2 - Para a leccionação das disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário, podem ser celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo com técnicos especializados, tendo em conta as normas aplicáveis ao domínio de especialização e os requisitos específicos que o órgão de direcção executiva da escola vier a definir.

Artigo 5º

Autorização

A contratação de pessoal docente em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo depende de despacho conjunto de autorização dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação, que fixará a quota anual de contratos a celebrar, de acordo com o presente decreto-lei, para efeitos de descongelamento das admissões necessárias.

Artigo 6.º

Abertura do procedimento e critérios de selecção

- 1 - A celebração de contrato de trabalho é precedida de um processo de selecção que obedece às disposições constantes do artigo 5º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 2 - Cabe ao órgão de direcção executiva da escola fixar os critérios objectivos de selecção em que assenta a decisão de contratar, colhido o parecer obrigatório e vinculativo do conselho pedagógico.
- 3- O processo de selecção a que se refere o presente artigo tem como suporte uma aplicação informática disponibilizada através da Internet pela escola.
- 4 – A utilização da aplicação informática para a divulgação e a inscrição do processo de selecção é obrigatória, sem prejuízo da utilização de outros suportes nos termos exigidos no presente diploma.
- 5 – Compete à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação disponibilizar os meios técnicos indispensáveis à estruturação e correcto funcionamento da aplicação, garantindo os requisitos de actualização, segurança e acessibilidade, bem como a definição dos formulários electrónicos de recolha de dados.
- 6 - A oferta pública de trabalho é divulgada através da Internet pelo órgão de direcção executiva da escola, bem como no sítio da Internet da direcção regional de educação respectiva, sendo ainda publicitada num jornal de expansão nacional e regional.

- 7 - A publicitação da oferta de trabalho inclui, obrigatoriamente, informação sobre os critérios e procedimentos de selecção adoptados por cada escola, além dos requisitos habilitacionais e profissionais exigidos nos termos do artigo anterior.

Artigo 7.º

Inscrição

A inscrição dos candidatos ao processo de selecção é feita mediante o preenchimento de formulário electrónico, de modelo disponível no sítio da internet da escola, nos três dias seguintes à divulgação das necessidades de contratação, contados do dia imediato ao da sua publicitação.

Artigo 8.º

Apuramento final

- 1 - Terminado o período de inscrição, o órgão de direcção executiva da escola procede ao apuramento e selecção dos candidatos à contratação, colhendo o parecer obrigatório do conselho pedagógico.
- 2 - Da decisão de selecção é dado conhecimento imediato a todos os interessados, bem como à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, por via electrónica.

Artigo 9º

Celebração do contrato

- 1- Os contratos de trabalho abrangidos pelo presente decreto-lei são outorgados, em representação do Estado, pelo presidente do conselho executivo ou o director da escola.
- 2- O contrato é celebrado em impresso de modelo a aprovar pela Direcção-Geral dos

Recursos Humanos da Educação, sendo extraídas quatro cópias.

- 3- A contratação efectuada é comunicada de imediato à Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação, por via electrónica.

Artigo 10.º

Documentos

- 1- No prazo de 15 dias úteis a contar da data da celebração do contrato, o docente ou formador deve entregar na escola onde exerce funções, os seguintes documentos:
 - a) Diploma ou certidão de habilitações profissionais legalmente exigidas;
 - b) Certidão anti tuberculose;
 - c) Certidão de robustez física e psíquica para o exercício da função docente;
 - d) Certidão do registo criminal.
- 2- Por solicitação, devidamente fundamentada, do docente ou formador, dirigida à direcção executiva, pode ser autorizada a prorrogação do prazo até ao limite máximo de 15 dias úteis.
- 3- Quando o docente ou formador tiver exercido funções no ano imediatamente anterior, é dispensada a apresentação dos documentos das alíneas a) e b) do nº1, desde que constem do processo individual respectivo e não tenha decorrido prazo de interrupção superior a 180 dias úteis contado do último dia de abono do vencimento.

Artigo 11.º

Duração do tempo de trabalho

- 1 - Os horários destinados ao contrato de trabalho não podem, em caso algum, exceder metade dos tempos lectivos que compõem um horário completo, correspondendo-lhe

a componente não lectiva de acordo com o nível e ciclo de ensino a que se destinam.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior, os contratos celebrados para a :

- a) Prestação de actividade lectiva na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico;
- b) Substituição temporária de docente titular de vaga ou horário;
- c) Desenvolvimento de projectos especiais de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar, oficialmente aprovados.

3 – O número de tempos lectivos contratados não é passível de qualquer alteração até ao final do segundo período de cada ano escolar.

4 . O horário lectivo objecto do contrato de trabalho em regime de substituição temporária não é, em caso algum, passível de qualquer aditamento até ao termo da sua vigência.

5 - A componente não lectiva do horário de trabalho dos docentes contratados para leccionar disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário inclui a distribuição de serviço técnico especializado no âmbito do respectivo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 12º

Retribuição

Aos docentes contratados ao abrigo do presente decreto-lei é aplicável a tabela retributiva constante do Anexo II à Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, alterada e republicada pela Portaria n.º 1046/2004, de 16 de Agosto, com base no índice 100 aplicável ao pessoal docente com vínculo de funcionário público, sendo a retribuição mensal respectiva calculada na proporção do período normal de trabalho semanal.

Artigo 13º

Alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

O artigo 29.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, e 229/2005, de 29 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 29º

Vinculação

1 -

2 -

3 –A vinculação do pessoal docente pode revestir a forma de contrato administrativo prevista no artigo 33º.

4 –A contratação de pessoal docente pode ainda revestir a modalidade de contrato de trabalho a termo para o exercício temporário de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas, nos termos de legislação própria.”

Artigo 14º

Alteração ao Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro

O artigo 38º do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 38º

(...)

1 -

2 -

3 – O preenchimento dos horários é efectuado através de destacamento, afectação ou contratação, pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, com excepção das necessidades supervenientes após o início do ano escolar cujo preenchimento é feito de acordo com legislação própria.

4 -

a).....;

b).....;

c).....;

d).....

5 -

6 –

7 -

a).....;

b).....;

c).....;

d).....;

e).....

Artigo 14º

Regime transitório

- 1- A colocação de pessoal docente em regime de contratação cíclica ou resultante de oferta de escola nos termos do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro de 2006, ocorrida antes do início da vigência do presente decreto-lei, mantém-se válida até ao termo do prazo de duração que tiver sido fixado para o respectivo contrato administrativo de serviço docente.
- 2- Quando o contrato de trabalho tiver sido precedido da celebração, com o Ministério da Educação, do contrato administrativo a que se refere o número anterior relativamente aos anos escolares de 2005-2006 ou de 2006-2007, releva o tempo de serviço prestado neste último regime para efeitos de antiguidade na categoria.

Artigo 15.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) Os nºs 1 e 3 do artigo 33º, ambos do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, e 229/2005, de 29 de Dezembro,
- b) Os artigos 56º, 57º 58º e 59º, todos do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro, na parte que respeita à contratação cíclica e à contratação resultante de oferta de escola;
- c) O artigo 12º da Portaria nº 367/98, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1046/2004, de 16 de Agosto, e pela Portaria nº 1097/2005, de 21 de Outubro;

d) O Despacho n.º 16 448/99, de 30 de Julho, publicado no *Diário da República*, n.º 197, de 24 de Agosto.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 2007, com excepção das disposições aplicáveis à contratação de técnicos especiais para as disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário ou para a realização de projectos especiais, que entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e das Finanças

A Ministra da Educação

NOTA JUSTIFICATIVA

a) Sumário a publicar no Diário da República

Estabelece o novo regime jurídico de vinculação do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o exercício transitório de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas, no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior.

b) Síntese do conteúdo do projecto

O presente diploma visa estabelecer novas regras de vinculação do pessoal docente destinado a assegurar a prestação transitória de serviço docente ou de formação em áreas especializadas nos estabelecimentos públicos de educação ou ensino, elegendo o contrato de trabalho, na modalidade de contrato a termo resolutivo, como forma de enquadramento jurídico-laboral do pessoal docente necessário à satisfação das necessidades temporárias e urgentes.

Neste sentido, procura o presente diploma ampliar as situações em que é possível a contratação directa de pessoal docente pelas escolas, através da reconversão dos actuais mecanismos de contratação cíclica e de oferta directa, previstos no diploma legal dos concursos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, num instrumento único de recrutamento que possibilite às escolas a escolha do candidato com perfil qualificante mais ajustado às necessidades ocasionais decorrentes do respectivo plano de actividades ou projecto educativo.

Ao flexibilizar os instrumentos de contratação pretende-se elevar a eficácia da gestão do pessoal docente afecto aos estabelecimentos escolares, dentro dos pressupostos justificativos que, nos termos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, tornam lícito o recurso à contratação a termo na Administração Pública.

Está em causa a satisfação de necessidades temporárias que tenham na base a identificação de:

- a) necessidades residuais de serviço docente que não possam ser asseguradas por pessoal dos quadros em regime de afectação ou de destacamento;
- b) necessidades transitórias no domínio da leccionação, por técnicos especializados, de disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário que não se enquadrem nos grupos de recrutamento a que se refere o Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro;
- c) o desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar que forem oficialmente aprovados.

Sem embargo da aplicação directa do diploma especial sobre contratos de trabalho na Administração Pública (Lei nº 23/2004, de 22/06), introduzem-se ainda algumas adaptações determinadas em função da natureza das disciplinas leccionadas (objecto do contrato) e centradas no processo de selecção, tempo de trabalho, retribuição, contagem do tempo de serviço e duração do contrato a outorgar, com especial destaque para os contratos de substituição temporária.

Tendo presente o âmbito do congelamento de novas admissões de pessoal fixado no Decreto-Lei nº 41/84, de 3 de Fevereiro, e o objectivo de racionalizar a utilização deste tipo de contratação dentro de níveis limitados e controlados procede-se, igualmente, à adaptação e desenvolvimento de algumas normas de recrutamento, reforçando os mecanismos de controlo interno da admissão de efectivos, assim como das condições de trabalho respectivas

c) Necessidade da forma proposta para o projecto

A presente iniciativa reveste a forma de decreto-lei porquanto essa é a forma determinada para o desenvolvimento da Lei de Bases do Sistema Educativo (artigo 62º, nº1, alínea c)),

procede à revogação de disposições constantes de diplomas do mesmo grau hierárquico, além de conter matéria que é inovadora na ordem jurídica.

d) Referência à emissão de pareceres internos, obrigatórios ou facultativos, de membros do Governo ou de serviços e organismos da administração central do Estado

Na elaboração do diploma participam a Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação do Ministério da Educação, bem como a Direcção-Geral da Administração Pública, em razão das respectivas atribuições no domínio da organização e gestão dos recursos humanos, a nível sectorial e interdepartamental

e) Referência à realização de audições externas, obrigatórias ou facultativas, de entidades públicas ou privadas, com indicação das normas que as exijam e do respectivo conteúdo

Enquadra matérias que são objecto de negociação colectiva de acordo com as alíneas d) e m) do artigo 6º da Lei nº 23/98, de 26 de Maio.

f) Actual enquadramento jurídico da matéria objecto do projecto

A matéria objecto do presente diploma tem o actual enquadramento jurídico disperso pelos seguintes diplomas:

- O nº3 do artigo 29º e o artigo 33º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de Abril; alterado pelos Decretos-Lei nºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, e 229/2005, de 29 de Dezembro,

- Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro;

- Lei nº 23/2004, de 22 de Junho;

- Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1046/2004, de 16 de Agosto, e pela Portaria n.º 1097/2005, de 21 de Outubro.

g) Fundamentação da decisão de legislar tendo em conta critérios de necessidade, de eficiência e de simplificação

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, ao regime jurídico do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, assim como a reformulação organizativa dos grupos de recrutamento promovida através do Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro, constituem alguns dos eixos da acção governativa na área da Educação, orientada para a obtenção de padrões mais elevados de racionalidade e eficiência na gestão dos recursos humanos afectos ao sistema educativo, assim como para a melhoria das condições de estabilidade na vida das escolas.

A programação administrativa ditada pela aplicação deste enquadramento legal ao processo de colocação de docentes, a par de outras medidas de gestão integrada dos recursos disponíveis no sistema, remetem a aceitabilidade da contratação de direito público prevista no actual Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário para situações cada vez mais limitadas e residuais, centradas na satisfação de necessidades de carácter ocasional, descontinuado ou superveniente que não foram colmatadas por pessoal dos quadros, designadamente as decorrentes de desdobramento de turmas, acréscimo de alunos, desenvolvimentos de projectos especiais ou de formação, ocupação plena dos tempos escolares ou a substituição de pessoal destacado para outras actividades.

Por outro lado, o processo de modernização da Administração Pública em curso tem favorecido alterações profundas e consequentes no enquadramento das relações de trabalho subordinado no âmbito da administração directa do Estado.

É disso exemplo a Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, diploma que, com carácter sistemático, consagra a opção genérica pelo regime do contrato de trabalho, enquanto modelo jurídico-laboral alternativo ao regime da função pública e importante instrumento de gestão e racionalização dos recursos humanos apto a assegurar a prossecução do interesse público, salvaguardando as especificidades que decorrem da natureza própria da entidade empregadora e o respeito pelos princípios constitucionais que enformam a admissão na Administração Pública.

A necessidade de desenvolver o modelo da autonomia das escolas, aliada à concretização dos princípios orientadores da organização e gestão do currículo nacional a nível dos ensinos básico e secundário, aponta ainda para o reforço do papel das escolas na organização e diversificação da oferta educativa e formativa por estas proporcionadas enquanto parte integrante do respectivo projecto educativo, originando a emergência, em cada ano escolar, de necessidades de prestação de serviço docente com carácter tendencialmente variável e intermitente, cuja programação deve ser cometida directamente aos respectivos órgãos de gestão e administração.

Neste contexto, considera o Governo que estão reunidas as condições para a assunção do contrato de trabalho, na modalidade de contrato a termo resolutivo, como forma de enquadramento jurídico-laboral do pessoal docente necessário à satisfação das necessidades temporárias e urgentes de pessoal docente, dentro dos pressupostos justificativos que nos termos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho tornam lícito o recurso à contratação a termo na Administração Pública.

Neste sentido, procura o presente diploma fixar novas regras de vinculação para o exercício temporário de funções docentes ou de formação, ampliando as situações em que é possível a contratação directa de pessoal docente pelas escolas, através da reconversão dos actuais mecanismos de contratação cíclica e de oferta directa, previstos no diploma legal dos concursos, num instrumento único de recrutamento que possibilite às escolas a escolha do candidato com perfil qualificante mais ajustado às necessidades ocasionais decorrentes do

respectivo plano de actividades ou projecto educativo.

Ao flexibilizar os instrumentos de contratação pretende-se elevar a eficácia da gestão do pessoal docente afecto aos estabelecimentos escolares.

Estão em causa, designadamente, as necessidades residuais que resultam do preenchimento dos horários disponíveis após a colocação de pessoal docente do quadro por afectação ou destacamento, as que derivam do desempenho de actividade docente nas disciplinas de técnicas especiais ou do desenvolvimento de projectos especiais de duração limitada.

h) Análise comparativa entre o regime jurídico em vigor e o regime jurídico a aprovar

O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de Abril, à semelhança das regime jurídico até então aplicável à generalidade da função pública, erigiu a contratação administrativa como a forma normal de vinculação de pessoal docente para o exercício transitório de funções docentes que correspondam a necessidades residuais do sistema não colmatadas por pessoal dos quadros (cfr artigo 33º, nºs 2 e 4), como também para assegurar a satisfação de necessidades do sistema ao nível da formação ministrada em áreas técnicas específicas, através da contratação de técnicos especializados para assegurar a regência de disciplinas tecnológicas, artísticas, vocacionais e de aplicação nos ensinos básico e secundário, vulgarmente designadas por Técnicas Especiais (cfr artigo 33º, nºs 1 e 3).

No plano material a diferença entre o regime jurídico em vigor e o regime jurídico a aprovar centra-se na reformulação substantiva dos princípios e regras que norteiam a vinculação do pessoal docente para o exercício transitório de serviço docente ou de

formação em áreas especializadas nos estabelecimentos públicos de educação ou ensino não superior, elegendo o contrato de trabalho a termo resolutivo, como forma de enquadramento jurídico-laboral do pessoal docente necessário à satisfação das necessidades temporárias e urgentes.

Neste sentido, procura o presente diploma ampliar as situações em que é possível a contratação directa de pessoal docente pelas escolas, através da reconversão dos actuais mecanismos de contratação cíclica e de oferta directa, previstos no diploma legal dos concursos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, num instrumento único de recrutamento que possibilite às escolas a escolha do candidato com perfil qualificante mais ajustado às necessidades ocasionais decorrentes do respectivo plano de actividades ou projecto educativo.

Ao flexibilizar os instrumentos de contratação pretende-se elevar a eficácia da gestão do pessoal docente afecto aos estabelecimentos escolares, dentro dos pressupostos justificativos que nos termos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, tornam lícito o recurso à contratação a termo na Administração Pública.

Está em causa a satisfação de necessidades temporárias que tenham na base a identificação de:

- a) necessidades residuais de serviço docente que não possam ser asseguradas por pessoal dos quadros em regime de afectação ou de destacamento;
- b) As necessidades transitórias no domínio da leccionação, por técnicos especializados, de disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário que não se enquadrem nos grupos de recrutamento a que se refere o Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro;

- c) O desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar que forem oficialmente aprovados.

Sem embargo da aplicação directa do diploma especial sobre contratos de trabalho na Administração Pública (Lei nº 23/2004, de 22/06), introduzem-se ainda algumas adaptações determinadas em função da natureza das disciplinas leccionadas (objecto do contrato) e centradas no processo de selecção, tempo de trabalho, retribuição, contagem do tempo de serviço e duração do contrato a outorgar, com especial destaque para os

- i) Conclusões da avaliação prévia do impacto do acto normativo, designadamente do teste SIMPLEX, bem como a justificação de eventuais divergências entre as conclusões e o projecto.**

O presente diploma encontra guarida nas opções estratégicas enunciadas no Programa do XVII Governo Constitucional no seu Capítulo II, parte I, ponto 1, designadamente no que se refere à intenção de pôr em prática medidas que favoreçam a simplificação dos procedimentos administrativos de recrutamento do corpo docente, bem como a introdução e monitorização de medidas que permitam a progressiva descentralização do processo de colocação do pessoal docente para as escolas públicas.

Com vista à obtenção de padrões mais elevados de racionalidade e eficiência na gestão dos recursos humanos do sistema, ampliam-se as situações em que é possível a contratação directa pelas escolas e prevê-se a utilização de procedimentos de selecção mais flexíveis, por forma a possibilitar à escola a escolha do candidato com perfil qualificante mais ajustado às suas necessidades em função dos critérios objectivos de selecção que previamente delinear.

- j) Identificação expressa da legislação a alterar ou a revogar, bem como de eventual legislação complementar**

-São revogados:

- a) O nº 3 do artigo 29º e o artigo 33º, ambos do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário; aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, e 229/2005, de 29 de Dezembro;

b) O n.º3 do artigo 1.º, o n.º6 do artigo 38.º e os artigos 54.º, 55.º, 56.º, 57.º 58.º e 59.º, todos do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro;

c) A Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1046/2004, de 16 de Agosto, e pela Portaria n.º 1097/2005, de 21 de Outubro, excepto o seu Anexo II;

d) O Despacho n.º 16 448/99, de 30 de Julho, publicado no *Diário da República*, n.º 197, de 24 de Agosto.

São alterados:

Os artigos 8.º, 38.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro.

l) Identificação expressa da necessidade de aprovação de regulamentos para a concretização e execução do acto normativo em causa, com indicação da entidade competente, da forma do acto, do objecto e do prazo

Não carece de regulamentação

m) Avaliação sumária dos meios financeiros e humanos envolvidos na respectiva execução a curto e médio prazos

A alteração do regime de vinculação do pessoal docente com contrato administrativo para o regime de contrato individual de trabalho comporta um encargo anual adicional que se centra nos encargos com as contribuições da entidade empregadora para a Segurança Social. Tais encargos decorrem da aplicação de uma taxa de 20, 6%, em lugar dos actuais 4,9%, originando um acréscimo anual estimado em 54,95 milhões. De referir que constituindo este aumento de encargos na sua totalidade receita da Segurança Social tal não terá implicações no aumento do deficit das contas nacionais.

n) Avaliação do impacto do projecto quando o mesmo, em razão da matéria, tenha implicação com a igualdade de género

Não tem impacto na igualdade do género.

o) Avaliação do impacto do projecto quando, em razão da matéria, o mesmo tenha implicações nas condições de participação e integração social dos cidadãos portadores de deficiência

A adopção de novas formas de recrutamento e contratação de pessoal docente destinadas a suprir necessidades transitórias das escolas públicas não tem implicações nas condições de participação e integração social dos cidadãos portadores de deficiência, subsumindo-se na previsão do artigo 9º do Dec-Lei nº 26/2001, de 3/02.

p) Articulação com o Programa do Governo

O presente diploma encontra guarida nas opções estratégicas enunciadas no Programa do XVII Governo Constitucional no seu Capítulo II, parte I, ponto 1, designadamente no que se refere à intenção de pôr em prática medidas que favoreçam a normalização e simplificação dos procedimentos administrativos de recrutamento e colocação do corpo docente, com vista à melhoria das respectivas condições de estabilidade, bem como a introdução e monitorização de medidas que permitam a progressiva descentralização do processo de recrutamento e colocação do pessoal docente para as escolas públicas, visando a obtenção de padrões mais elevados de racionalidade e eficiência na gestão dos recursos humanos do sistema.

q) Articulação com o direito da União Europeia

Não aplicável

r) Nota para a comunicação social

O Conselho de Ministros na sua reunião de hoje aprovou um projecto de decreto-lei que

estabelece novas regras de vinculação do pessoal docente destinado a assegurar a prestação transitória de serviço docente ou de formação em áreas especializadas nos estabelecimentos públicos de educação ou ensino, elegendo o contrato de trabalho, na modalidade de contrato a termo resolutivo, como forma de enquadramento jurídico-laboral do pessoal docente necessário à satisfação das necessidades temporárias e urgentes.

Ao flexibilizar os instrumentos de contratação pretende-se elevar a eficácia da gestão do pessoal docente afecto aos estabelecimentos escolares, dentro dos pressupostos justificativos que, nos termos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, tornam lícito o recurso à contratação a termo na Administração Pública.

De entre os aspectos inovadores do projecto evidencia-se a aplicação genérica do regime jurídico do contrato individual de trabalho na Administração Pública, na modalidade de contrato a termo resolutivo, para enquadrar:

- a) necessidades residuais de serviço docente que não possam ser asseguradas por pessoal dos quadros em regime de afectação ou de destacamento;
- b) As necessidades transitórias no domínio da leccionação, por técnicos especializados, de disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário que não se enquadrem nos grupos de recrutamento a que se refere o Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro;
- c) O desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar que forem oficialmente aprovados.